

**POLÍTICA DE ACOMODAÇÃO. LENDO E RELENDO *PARTIDOS
POLÍTICOS DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA*, DE
CONSUELO SAMPAIO***

**ACCOMMODATION POLITICS. READING AND RE-READING *PARTIDOS
POLÍTICOS DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA*, BY CONSUELO SAMPAIO**

*Antonio Luigi Negro***

Concursado para o magistério no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia – recém-chegado em 2002 –, eu vim a descobrir tanto a pesquisadora Consuelo Sampaio quanto a sua capacidade de liderança. Consuelo era, antes de mais nada, é verdade, autora, quer de artigos, quer de livros. Para publicar, ela ia além de pesquisar em arquivos, arquivos baianos ou estrangeiros, como o National Archives, dos Estados Unidos. Ela, em acréscimo, buscava o financiamento contínuo à pesquisa e, ainda por cima, era líder na UFBA, onde contribuiu, desde 1990, para a criação do Programa de Pós-Graduação em História. Fora da universidade, contribuiu para a curadoria e organização de arquivos, hoje cuidadosamente geridos pelo Centro de Memória da Bahia (Fundação Pedro Calmon). Quanto às fontes, afora as tradicionais em papel, se vê também o seu empenho em favor da História Oral, resultando no Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea (Nhodoc), núcleo que não teve o mesmo desenvolvimento que hoje se vê em outro do qual também tomou parte: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), criado em maio de 1983 como parte integrante do Mestrado em Ciências Sociais e História da Universidade Federal da Bahia.

Foi no Centro de Memória da Bahia (CMB) que conheci a professora Consuelo Sampaio. Estava em busca de fontes sobre a relação entre o governador da Bahia Otávio Mangabeira e as classes populares e fui descobrir o que tinha no acervo de Otávio Mangabeira (NEGRO, 2012). Foi também no CMB onde recebi uma aula de Consuelo sobre História Política. Queria apresentar o então mestrando em História Jonas Brito à proeminente professora, por ela ser especialista no tema que ele começava a estudar. Mencionei calmonismo como sendo o objeto da pesquisa de Jonas e ela ponderou que não

* Artigo resultante de palestra ministrada como parte das atividades do projeto “Conversando com a sua História”, edição especial, promovido pela Fundação Pedro Calmon, em Salvador, em 12 de dezembro de 2019. Agradecimentos a Walter Silva.

** Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pesquisador CNPq. E-mail: negro@ufba.br.

existia um calmonismo assim como existira ruísmo (seguidores de Rui Barbosa) ou seabrismo (seguidores de J. J. Seabra). Continuando, apontou para o fato de que os Calmon – embora fossem três influentes irmãos (Antônio, Miguel, Francisco) de uma tradicional família brasileira – não haviam deixado herdeiros na política, como curadores declarados de um legado calmonista a ser perpetuado e desenvolvido. Foi um importante reparo que não esqueci, feito por quem realmente tinha algo a dizer, com experiência e sabedoria. Noutra ocasião (muito breve e da qual me lembro pouco), ela me fez *en passant* notar que o acervo pessoal de Otávio Mangabeira está na Bahia e no Rio o de Juracy Magalhães, uma distância que acaba reafirmando a incompatibilidade existente entre ambos.

Antes de tratar da “política de acomodação” (SAMPAIO, 1998, p. 49), cumpre sublinhar que essa não é, de forma alguma, a única contribuição de *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, pois essa é daquelas obras que traz consigo inúmeros ganchos onde novas pesquisas podem se pendurar, extrair questões e se propor a novas descobertas, como, por exemplo, a atenção dada a partidos operários e às greves dos trabalhadores, ou o esmero iconográfico, resultante de pesquisa arquivística caprichosa.¹ A brevidade dos exemplos dados é apenas reflexo da necessidade de ir ao ponto central mencionado. Mas com certeza não poderia deixar de ir adiante sem mencionar a dissertação de mestrado de Sílvia Noronha Sarmiento (que foi assistente de pesquisa de Consuelo), *A raposa e a águia*, imediatamente publicada em livro (SARMENTO, 2011).²

Partidos políticos da Bahia na Primeira República é livro também resultante de dissertação, defendida no então Mestrado de Ciências Humanas, sob a orientação do professor Luís Henrique Dias Tavares. Publicado, na sua primeira edição, em 1975, é uma resposta a recomendações de Zahidé Machado Neto e José Calasans, docentes do programa então coordenado por Antônio Luís Machado Neto, que, como afirmou Sampaio, foi o proclamador de sua maioria. Do prefácio datado em 1996, à segunda edição (datada em 1998), transcorreu tempo de desafios, marcado pelo desdobramento de dois programas de pós-graduação, o de Ciências Sociais, que abriu o doutorado em 1998, e o de História, que abriu o doutorado em 2002.

A dissertação da jovem Consuelo foi uma inequívoca demonstração da viabilidade de programas de pós-graduação na área de Ciências Humanas na UFBA. Bons estudos dirigidos por docentes brilhantes, pesquisa rigorosa, fontes inéditas e uma análise original com qualidade. No entanto, até hoje, apesar de todo o percurso trilhado desde 1969, quando foi defendida a primeira dissertação de mestrado, os dois programas não assumiram as posições de excelência a ambos, reservadas pelo devir de sua predestinação (GUIMARÃES, 2018).

¹ A propósito, Cf. Teixeira; Ribeiro; Telles (2018).

² Cf também Negro (2013).

Quanto à política de acomodação propriamente dita, vou logo deixar claro que *não se trata de acomodação de interesses bilaterais de facções diferentes, muito menos ainda divergentes*. Para quem sentiu cheiro de presidencialismo de coalizão, advirto não ser esse o rumo dessa prosa (SANTOS, 2007). Também nada tem a ver com o bordão eleitoral de gaiata candidatura baiana recente: o “me ajeite que eu te ajeito”. As palavras-chave não são equilíbrio e reciprocidade; as palavras-chave decisivas são autoridade e obediência. Em acréscimo, por política de acomodação *não devemos pressupor uma prática cuja meta seja o quietismo resultante da conciliação sacramentada após barganha de bastidores ou por debaixo dos panos, fruto de relações de coligação ou cumplicidade*. Devemos esperar, na prática, um chefe político cujo exercício da autoridade – publicamente propagandeada como uma inviolável voz de comando – acarreta alto custo, tanto no que toca ao próprio sistema democrático liberal, quanto no que toca à estabilidade política.

Por política de acomodação Consuelo Sampaio quis fazer referência à prática de o grupo empossado no poder – a assim chamada situação – desde logo tomar providências no sentido de sua conservação à frente da administração pública, esvaziando qualquer possibilidade de a oposição sobreviver como uma força política (não apenas eleitoral), esgotando suas chances em votações subsequentes, por conseguinte eliminando a necessidade de sua presença em negociações ou disputas.

A falta de uma estrutura partidária forte e estável, com doutrina por um lado e organização por outro, mais a busca por acomodar um só mandachuva, de forma facciosa, verticalizada e personalista, na cúpula do governo baiano teve dois efeitos bastante conhecidos, mas melhor compreendidos depois da pesquisa e do livro de Consuelo Sampaio. Em poucas palavras, quem estava na situação tinha de arrumar o poder estadual em torno de si. Um outro comportamento seria tomado como sinal de fraqueza, e, quem sabe, até mesmo de falta de macheza (virilidade ou “malvadeza”). Em segundo lugar, quem estava na oposição tinha de, ou aderir de modo subserviente (como um “capacho” de sangue de barata nas veias), ou partir para a busca de um reagrupamento marginal, que retornasse do exílio do ostracismo com alguma energia para novos enfrentamentos (buscando novas alianças com inimigos de seu inimigo, para começar).

A fim de esvaziar o partido oposicionista, a situação podia até mesmo abrir espaços a líderes oposicionistas, estimulando revoadas ao abrir vaga no ninho do poder a homens que, virando a casaca, procuravam a sua sobrevivência sob a autoridade incontestável do chefe político estadual, o chefe de todos os chefes. Como resultado, no lugar de fidelidade partidária e uma doutrina correspondente, o que importava, por meio de demonstrações de lealdade pessoal, era ter espaço ao lado do chefe, a ser seguido enquanto tivesse força como uma situação no poder, independentemente de siglas partidárias e ideologias filosóficas.

Um homem forte no poder significava, na prática, a falta de liberdade para outras forças competirem com esse mesmo líder todo-poderoso. Em poucas palavras, uma situação forte encarnada em um homem de comando era correspondida diretamente por uma oposição fraca (isto se a receita não desandasse). Quer dizer, se a situação soubesse praticar a política de acomodação, uma oposição

incomodada nada teria a fazer a não ser se retirar até as margens. Na beira do precipício, ficaria em regime de difícil sobrevivência, se acabando com o tempo. Toda rendição seria sob as condições do chefe; toda honradez haveria de ser paga com o sacrifício da perseverança em regime de macérrima dieta.

No entanto, a teoria na prática nem sempre funciona. Um caso claro e pouco estudado, em que a política de acomodação não funcionou como deveria, encontra-se no racha do Partido Republicano da Bahia, em 1907, precedido por cisma no antecedente Partido Republicano Federalista. Este é um objeto de pesquisa incubado no livro aqui comentado, mas até hoje pouco percebido ou examinado pela pesquisa histórica sobre a Bahia, que aproveito desde já para acentuar e deixar visível a quem estiver procurando por um objeto de pesquisa.

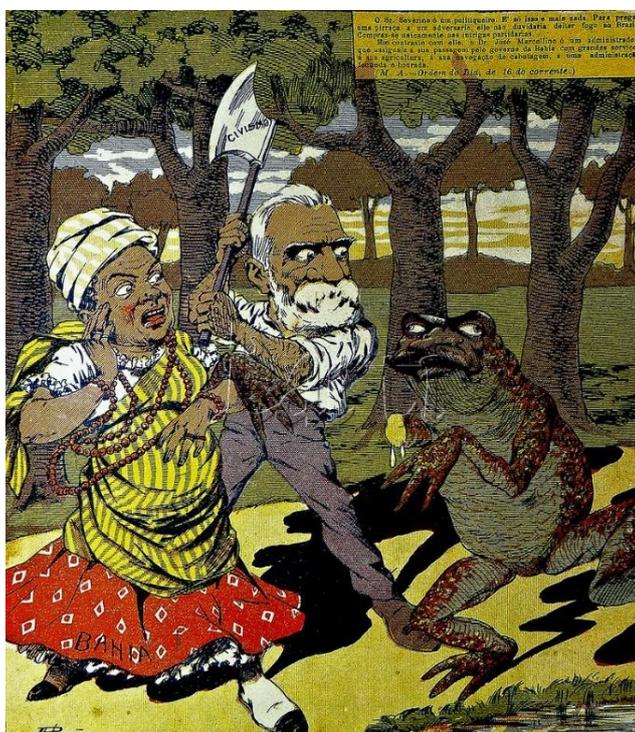
“A Bahia teve ativa participação nos primeiros anos do regime republicano”, apontou Cláudia Viscardi (2011, p. 97). “E aspirava a aumentar este poder”, ela aditou logo em seguida. A divisão do Partido Republicano da Bahia tornou essas aspirações uma meta muito mais difícil de ser alcançada.³ Facções e paixões alimentavam dissensões e confusões, o que fica claro no antagonismo que contrapôs o então ex-governador Severino Vieira ao novo governador, seu sucessor, José Marcelino. Além de um número muito expressivo de charges nas quais ambos os chefes aparecem travestidos de baianas à frente de tachos fumegantes de angu (no suposto comando de maltas de mulheres negras com braços musculosos, quase másculos), o racha do Partido Republicano mostra como a política de acomodação não esvaziava apenas as esperanças e as chances da oposição, mas também a própria estrutura partidária da situação, o que era ruim para os negócios na política. No final das contas, sem partidos fortes (na situação bem como na oposição), restavam apenas os chefes, os sábios homens brancos da Bahia. Na prática, o liberalismo de ex-senhores de escravos não era bipartidário nem multipartidário; e também não era de partido único. Havia partidos e siglas, correto, mas, decisivamente, havia chefes, por vezes denominados autoridade civil, militar, ou religiosa.

Uma vez sucessor de Severino, Marcelino tomou conta da política baiana em sintonia com Rui Barbosa, que dava as cartas, como era do seu gosto, do Rio de Janeiro, de onde despachava como prócer nacional. Vendo-se cada vez mais desprestigiado e sem espaço – temendo o ostracismo e (pior) sem a chave do Tesouro –, Severino caminhou para a ruptura, como uma forma de não se isolar dentro do PR, cada vez mais inteiramente dominado pela situação. A política de acomodação de Marcelino à frente da Bahia representava a ameaça de retirar de Severino a chance de o presidente do partido influir na política do governador. A tensa relação entre o chefe partidário e o chefe do governo passou, assim, a embarçar o desempenho de um dos mais importantes PRs da política brasileira...

³ Em 1893, Manuel Vitorino tomou parte da criação do Partido Republicano Federalista, a “primeira experiência de formação” de uma agremiação de abrangência nacional. Na administração de Campos Sales, o ministro da Viação, Severino Vieira, ficou encarregado de alterar “radicalmente a vida política do Distrito Federal”. No mandato de Rodrigues Alves, o ministro da Justiça, J. J. Seabra, nomeou um conterrâneo para chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Antônio Cardoso de Castro, indicado, ainda, a ministro no Supremo Tribunal Federal. Outro conterrâneo indicado para a suprema corte foi Manoel Espínola, formado em Direito no Recife (a mesma *alma mater* de Seabra). Um terceiro ministro do Supremo era sergipano, também formado em Ciências Jurídicas no Recife (FREIRE, 2000, p. 77, 97, 118 e 125). A importância das amizades formadas durante a juventude no estudo do Direito em Pernambuco (antes do Recife, em Olinda) e seu ingresso na magistratura foi pesquisada em detalhes por Lielva Aguiar (2019).

A “cisão na Bahia” foi capa da revista *O Malho* (Imagem 1) e, portanto, não passou despercebida no Rio de Janeiro. Em caixa no canto superior direito, lê-se o ataque: “Severino é um politiqueiro. É só isso e mais nada. Para pregar uma pirraça a um adversário, ele não duvidaria deitar fogo ao Brasil.” Na figura de um sapo, Severino oculta a fúria e pergunta ao “malvado” Marcelino, que tem o machado do “civismo” em mãos: “a mulata não ia tão bem de braço dado comigo?”. Perante o braço decepado de Severino, Marcelino responde: “a mulata pediu socorro!”. De par com a “mulata”, Marcelino está de olho na “politiquice” do seu adversário. Ao acudir o clamor de socorro da Bahia, Marcelino impede Severino de montar sobre ela a cadeira do Catete, diz a mulata, explicando o caso ao leitor.

Imagem 1 – Imagem de capa da revista *O Malho*, alusiva à cisão entre Severino Vieira e José Marcelino



Fonte: *O Malho*, 20 abr. 1907. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=9155>. Acesso em 18 jun. 2020.

É exatamente essa busca de Severino (de ter a Bahia como base para abrir o Catete para si) que leva Marcelino a agir de machado em punho. Enquanto Marcelino se acomodava na Bahia, Severino buscou no Rio de Janeiro uma saída para sua falta de horizontes. Percebendo os planos de seu antecessor, Marcelino desfaz o vínculo entre Severino e a Bahia e impede a realização de seus objetivos, de entrar no Catete de braços dados com a “mulata”.

Elemento adicional de insatisfação dessa política de acomodação estava na prática tributária da administração, de não recorrer a cobranças feitas à cultura da cana e fabrico do açúcar a fim de não sobrecarregar as – pretensas e muito bem teatralmente dramatizadas – dores da açucarocracia do Recôncavo, sempre declarado em bancarrota pelos seus senhores. Nota do mesmo acorde, as lavouras

do fumo e do cacau, por não possuírem a mesma representação no bloco dirigente acomodado no poder, eram alvo da administração na hora de arrecadar recursos, que drenava parte dos lucros das boas finanças da cacauicultura da região sul baiana, a qual, por sua vez, cogitava desligar-se territorialmente da Bahia, enquanto viajava ao Rio e sonhava com os bordéis de Paris. Servidor da açucarocracia, o estado viveu marcantes problemas financeiros, apelando, conseqüentemente, a empréstimos no exterior “para poder saldar seus compromissos” (FALCÓN, 2010, p. 31). Como resultado, no que toca à educação pública e gratuita, não só os salários dos professores deixavam a categoria em penúria material, mas também as escolas não eram boas, isto para não falar dos cuidados alimentares, de saúde, a serem dispensados às meninas e meninos. Me parece que um elemento da política de acomodação era, portanto, ser destino de recursos do governo federal e ser capaz de obter empréstimos no exterior. Um governador sem as simpatias do Catete teria de contar com a habilidade de endividar-se. Um governador sem crédito no exterior precisaria muito da boa vontade do presidente e de seus despachos ministeriais no palácio do Catete. Por fim, a questão de arrecadar tributos mediante cobranças sistemáticas e adequadas, eu diria, foi posta de lado por sucessivos chefes baianos. Ricos e famílias de bem não costumavam pagar impostos.

Autodeclarada abatida e sem auxílio – no que foi, com condescendência, aquiescida (inclusive pela historiografia) –, a açucarocracia do Recôncavo parece ser ou o próprio poder, onde tinha de se acomodar todo e qualquer chefe personalista eleito, ou o ator inescapável de toda política de acomodação. É preciso considerar a constante e forte pressão de ex-senhores de escravos e proprietários de engenhos ou usinas de açúcar como um elemento permanente da política baiana e brasileira. Nesse sentido, embora personalista e até mesmo arbitrária, a pauta das obrigações e afazeres não era uma página em branco, vazia de planos. Talvez se assemelhasse mais a uma planilha pré-pronta, sendo facultado ao chefe preencher espaços em branco ou fazer esse ou outro menor adendo.

Entre as aflições mais comuns nas preocupações da classe dominante baiana estavam os trabalhadores, conceitualmente desclassificados como classes perigosas. Segundo Sidney Chalhoub (1990), nos meses imediatamente seguintes ao 13 de maio de 1888, os parlamentares na Câmara dos Deputados já teciam articulações (tal como na assembleia baiana) sobre projetos de repressão à ociosidade nas ruas, de olho na solução daquele problema designado, por eles mesmos, como “desorganização do trabalho”. Escravocratas que eram, faziam no Rio pergunta igual à da açucarocracia do Recôncavo: como obter a sujeição dos negros à exploração sem dispor da garantia de sua voz de comando ser compulsoriamente ouvida e atendida? Nas discussões sobre a coibição do que chamavam de “vadiagem”, desejavam encontrar um meio legal de restabelecer a autoridade patronal abalada. Terminaram por concluir sobre a adequação de uma lei que redirecionasse a desconfiança que antes recaía sobre os africanos – estes eram, neuroticamente, os acusados de sempre –, descarregando sua suspeição generalizada quanto a subalternos nas ruas, em logradouros públicos, e inclusive em seus locais

de moradia. Em qualquer hora ou lugar, se não tivessem como comprovar serem empregados de alguém, a polícia estaria, então, autorizada de sua detenção e averiguação, cobrando-lhes trabalho (CHALLOUB, 1990, p. 6-8).⁴

Nesse sentido, em nada surpreende deparar com a pesquisa de Lynch (2013) e presenciar o “demóforo” dirigente do PR da Bahia, o médico Virgílio Clímaco Damásio, retirando da bagagem trazida de Salvador o seu parecer quanto à segurança pública da capital federal. “As condições da população aglomerada nesta cidade”, declarou ele em 1890, “são as mais contrárias à existência de uma grande capital”. Em “uma cidade populosa” como a carioca, continuou, “onde avulta a lia social constituída por massas, nas quais, infelizmente, a instrução não penetrou ainda, nem a mínima educação cívica”, havia “grande massa de homens” ociosos (ou coisa pior), provável “alavanca poderosíssima em mãos de agitadores”. Também em trânsito da Bahia para o Rio, o também médico Manuel Vitorino, após ser eleito vice-presidente do Brasil, ficou responsável por estudar planos para o saneamento da capital da República. É harmônica com os médicos baianos, e não indiferente a eles, a fala do presidente paulista Prudente de Moraes sobre a “maléfica influência desta terrível cidade” – “tão saturada de elementos nocivos” – diretamente sobre a nação (LYNCH, 2013, p. 1500).

Não se tratava, contudo, tão somente de luta de classes. Era também uma questão de definir – com política racializante – quem seria acudido no infortúnio da doença. E, para tal, conforme Challob (1990), as palavras do baiano Rui Barbosa eram cativantes. Em 1917, ele definiu a febre amarela como “negreira e xenófoba”. Haja vista ser “um mal de que só a raça negra logra imunidade”, ela preservava o “elemento africano”. Pelo fato de se abater maciçamente sobre os imigrantes recém-chegados, era “exterminadora do elemento europeu”. Esta seletividade da febre amarela criava um segundo mal-estar, na medida em que abalava “a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar”. Ao passar o atestado da epidemia como negreira e xenófoba, Rui insinua que os negros permaneciam apátridas, como já haviam sido durante o tráfico, o legal e o ilegal. A doença, assim como o tráfico, era negreira, isto é, promovia o elemento africano, que, curiosamente, não era nem brasileiro, nem estrangeiro. Não era brasileiro porque era africano. Não era estrangeiro porque a xenofobia incidia sobre os estrangeiros, os europeus, e não sobre os afrodescendentes. Estes últimos, pela lógica, continuavam apátridas; permaneciam sem um Estado nacional que lhes respaldasse. Mas, em Rui, o cérebro era aquilino, o coração, áureo. O sangue africano, ele não deixou de dizer, era bom. Bom mesmo – melhor sem dúvida – era a seiva regeneratriz da corrente imigratória saída direto da Europa para depurar nossas veias. Em poucas palavras, nos socorria, melhorando nosso sangue. Todavia, ceifando mortalmente os interesses de maior amplitude nacional, quer dizer, se abatendo sobre os imigrantes, conservando os negros, a febre amarela estava no meio das relações entre o Atlântico Norte e o Brasil. Este, “aos olhos do mundo civilizado”, exalava “ares de um matadouro da raça branca.” Urgia acudir os estrangeiros adoecidos. “As palavras de Rui Barbosa não

⁴ Ver também Negro (2018)

poderiam ser mais esclarecedoras”, contextualiza Chalhoub (1990, p. 21): “O conceito de civilização adotado por aqueles homens implicava o ideal de embranquecimento.”⁵ Sem isto, o Brasil ficaria sem o seu trabalho livre. E esse ideal corria risco de ser enterrado pela febre negreira e xenófoba. O receio de Rui era a mensagem do cartão de Alfred ser indício de um fenômeno maior, a ponta do iceberg da condenação internacional da imagem do Brasil como matadouro da raça referida como “superior”. Em 1907, no postal enviado à Inglaterra (Imagem 3) se lê: este “lugar”, é “amedrontador”. “É conhecido como a sepultura do homem branco”.

Imagem 2 - Cartão postal. Santos, rua 15 de Novembro. Bolsa de Santos



Fonte: Acervo pessoal do autor

Seja para lidar com questões da luta de classes, seja para lidar com questões das relações raciais – se é que possível apartear ambas as questões –, os efetivos das polícias nos estados recebiam atenção de quem quer que se acomodasse no poder. Apesar de os números da Força Pública na Bahia serem comparativamente menores do que os de São Paulo, independentemente dos montantes dos contingentes mobilizados em seus batalhões, a verdade é que, tanto a elite política baiana quanto a paulista bebiam na mesma fonte de preconceitosamente classificar os trabalhadores como “classes perigosas”, justificando, com isso, a violência não só da repressão às greves mas no tratamento de variadas questões sociais.

Logo, se havia algo que não podia ser esquecido na hora de praticar a política da acomodação era cuidar direito da chefatura policial, uma repartição do governo do maior relevo em países com

⁵ Ver também Maio (2010, p. 53).

experiência histórica escravista. Ledo engano é partir do pressuposto de São Paulo ter imigrantes e não precisar se preocupar com os negros no pós-abolição, haja vista a província rica e cafeeira ter transferido milhares de homens e mulheres do Norte para as fazendas, durante a segunda metade do XIX. A Bahia, que reteve consigo um número expressivo de trabalhadores escravizados na lavoura do açúcar do Recôncavo (apesar do tráfico interprovincial requerido por São Paulo), podia se reconhecer com São Paulo nesse delicado assunto de garantir o controle sobre a população afrodescendente, sendo esse um ponto em comum para a convergência programática no plano federal, durante a República. Nesse sentido, haja vista essa sintonia republicana – estados unidos no seu horror a negros e trabalhadores –, pesquisas podem revelar quais comparações podem ser feitas entre chefes de Polícia como Álvaro Cova e Pedro Gordilho e seus congêneres bandeirantes.

Como ensina Eul-Soo Pang (1979), “a quintessência da Primeira República foi o processo de harmonizar as reivindicações conflitantes das oligarquias regionais”. Em seu instigante livro *Coronelismo e oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República brasileira*, o historiador coreano sugeriu que “um exame mais atento” da assim chamada “política do café com leite” conclui – na verdade – pelo “café contra leite”, em específico depois de 1910, quando paulistas e mineiros mais competiam do que colaboravam “pelo papel supremo de árbitro da política” (PANG, 1979, p. 8-9). O marco cronológico de 1910 não deve levar ao engano de acreditar ter havido aliança profunda e estável entre São Paulo e Minas antes de 1910. O que Pang, de fato, está indicando é a condição de maturidade do PR de Minas Gerais em 1910, finalmente com compleição de competidor diante dos paulistas. Desde a eleição do mineiro Afonso Pena em 1906 para a Presidência, os mineiros obtiveram uma vitória decisiva por sobre as pretensões de São Paulo, que, até esse mesmo ano de 1906, tinha controlado o palácio do Catete sem rodízio com Minas, contando, a propósito, com outras alianças, inclusive as feitas com o PR da Bahia. Nos planos do Partido Republicano Paulista, os três presidentes de São Paulo (Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves) seriam sucedidos por um quarto nome do estado bandeirante. Note-se, ainda mais, nesse movimento de desbancar os paulistas da Presidência, a presença dos baianos junto dos mineiros. O imediato convite a Miguel Calmon para ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, que se consultou com Rui Barbosa para saber qual resposta devia dar, mostra a proeminente posição de seu estado nas dinâmicas e competitivas alianças do federalismo da I República.

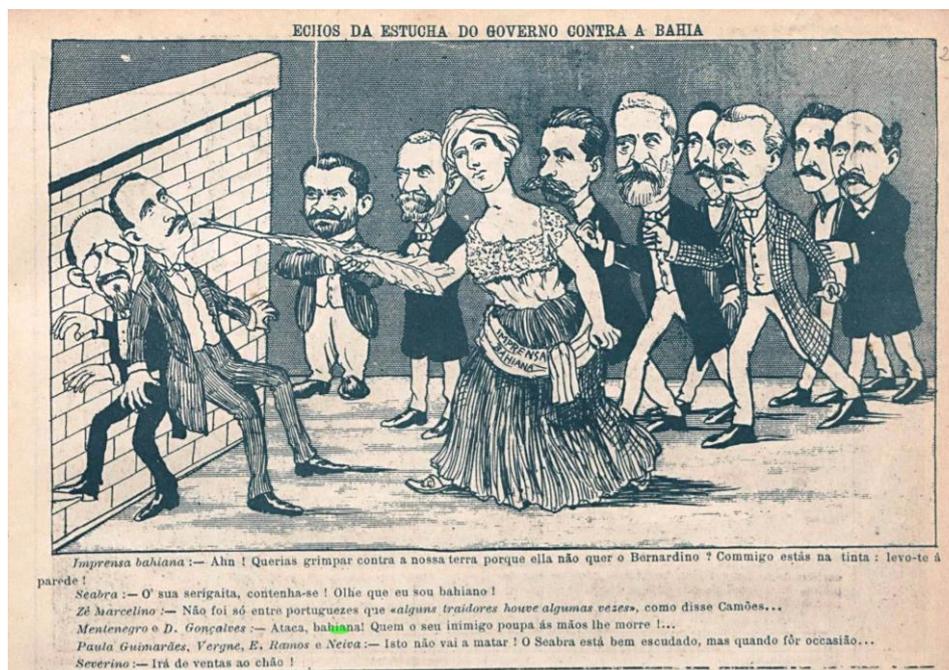
Vale a pena, portanto, enfatizar que a divisão do PR baiano, em 1907, rebaixou o cacife da Bahia em eventuais acordos para as eleições presidenciais subsequentes, ora com paulistas, ora com mineiros, diminuindo suas possibilidades de explorar vantajosamente (como tinha feito desde 1889) as diferenças e tensões do café contra leite. No ano de 1910, a Bahia aparece, precisamente, com Rui Barbosa candidato a presidente (apoiado pelos paulistas) em contraposição a Hermes da Fonseca (ladeado com Minas). Esta segunda candidatura faz reaparecer os militares na política e, uma vez vitoriosa, resgata Seabra, ao convidá-lo para integrar pasta de governo federal (pela segunda vez em sua biografia), de onde

o baiano sairá do Ministério da Viação como candidato eleito ao governo da Bahia dois anos depois. É exatamente entre 1910 e 1912 que a Bahia, da aliança com o governo de Afonso Pena, passa a ser percebida como toda atrapalhada pelo confronto entre Rui – águia emplumada em Haia – e Seabra, a raposa traiçoeira, querendo caça para se fartar. Atraídos por convites feitos pelo presidente Hermes da Fonseca, os paulistas abandonaram Rui sem maiores cerimônias (WOODARD, 2019, p. 105).

No jogo federalista da I República, cada estado tinha de ter um partido forte onde coubessem todos – quase todos, ou uma facção representativa – homens e grupos. Lembrando que os partidos não possuíam abrangência nacional, mas sim estadual, para azar da Bahia, o seu PR, que era um partido republicano importante no sistema federalista da I República, veio a se fraturar e, por isso mesmo, a se enfraquecer. Se a fragilização da estrutura partidária pôde ser compensada, politicamente, pela relação pessoal de Marcelino com Rui, isto de qualquer modo repercutiu, primeiro, na fraqueza das instituições e, em um segundo momento, provocou a fraqueza do estado da Bahia, que veio a se mostrar, em seguida, profundamente dividido pela subsequente incompatibilidade entre Rui Barbosa e J. J. Seabra, tensão causadora de ácidas brigas em público, com ampla cobertura da imprensa, danificando o desempenho da representação estadual no âmbito nacional do sistema federalista.

Em charge publicada na revista *O Malho* (Imagem 3), a vezeira “mulata velha” (uma mulher negra, de fato) cede seu lugar a uma mulher branca de feições evocativas de uma efigie republicana. Apesar da indefectível sandalinha que sempre compõe a personagem, desta vez, no lugar de pano da costa, uma faixa na cintura traz o semióforo “imprensa bahiana”. E, no lugar da colher de pau, a pena com que os baianos escreviam nos jornais com cultivadas letras barrocas, influenciando na política pela sua ostensiva presença na mídia. Com essa pena – usada como espada – a Bahia instruída de sábios homens brancos encurrala o presidente paulista Rodrigues Alves, protegido pelo seu grandalhão ministro da Justiça J. J. Seabra. Severino Vieira, José Marcelino, Artur Neiva e demais lideranças estão unidas contra o nome de Bernardino de Campos para a Presidência. Este paulista, se ganhasse, seria o quarto mandato presidencial de São Paulo (não o foi porque venceu o mineiro Afonso Pena). Contra tal possibilidade se opuseram os PRs de Minas Gerais e Bahia. “Ataca, baiana”, incita alguém na turba desse ilustrado linchamento, “quem o seu inimigo poupa, às mãos lhe morre!” Com coesão suficiente para animar um bloco enérgico, a Bahia, mesmo deflagrada contra o ministro Seabra, conseguiu encontrar o caminho da unidade e da vitória. Nem sempre, como se vê neste texto, a política da acomodação chegou a esse tipo de resultado.

Imagem 3 – Charge publicada na revista *O Malho*, alusiva às dissensões entre os políticos baianos e o governo de Rodrigues Alves



Fonte: *O Malho*, 22 jul 1905. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=5168>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Não só a política baiana saiu prejudicada ao se dividir em brigas públicas (que não podiam ultrapassar o limite da luta interna), como também sofreu com hipotético (mas bem possível) veto erguido por Rui Barbosa após a posse de Seabra no governo do estado. Como é sabido, Seabra não teve apenas de vencer as eleições estaduais de 1911. Teve de, sobretudo, dobrar o antagonismo dirigido a ele pelos ruístas (seguidores de Rui Barbosa), no que foi bem-sucedido ao ser reforçado pelo presidente, o marechal Hermes, com o bombardeio de Salvador em 1912, a fim de abrir (ou arrombar) as portas do palácio estadual para seu ministro da Viação, o candidato eleito J. J. Seabra.⁶ De Hermes da Fonseca, Seabra encontrou proteção na brutalidade da blindagem das Forças Armadas e, assim, na sequência do bombardeio que arrasou as cidades Alta e Baixa, conseguiu ser empossado no governo da Bahia. Não faltou, depois, negacionismo (MENDES, 2019).

No comando da administração estadual, Seabra, que tinha acumulado força atuando na capital do Rio de Janeiro, montou a máquina seabrista, o que quer dizer exatamente isso: praticou a política de acomodação, emulando a sua própria e exclusiva agremiação partidária. Noutro livro de sua autoria – sobre cartas ao Barão –, Consuelo Sampaio (1999) identifica a cisão baiana de 1893: vianistas naquele lado; gonçalvistas naquele outro. Na formação do Partido Democrata, Seabra atraiu as hostes remanescentes do vianismo e as converteu em seabristas (SAMPAIO, 1999; SARMENTO, 2011, p. 67).

⁶ Arquivo Histórico do Museu da República. Série recortes nacionais. Coleção Francisco Sá, 41. *Diário de Notícias*, 6 fev. 1912.. Francisco Sá antecedeu Seabra no Ministério da Viação, sendo ministro de Nilo Peçanha. Está em seu arquivo pessoal o recorte da notícia que marca a saída de Seabra do Ministério da Viação para ser governador da Bahia.

Em 1916, seu sucessor, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, manteve o bonde nos trilhos e a raposa – ou cara-de-bronze (como também era chamado) – voltou, em 1920, aos despachos no palácio Rio Branco para o desempenho de um segundo mandato como governador, por mais quatro anos. Apesar da desenvoltura de Seabra, no tabuleiro da política baiana, em arranjar o poder para si, a oposição, como foi dito, resistindo ao previsível ostracismo, tentou se debater das mais variadas formas, recusando a marginalidade que o absolutismo seabrista, se pudesse, lhe imporia. Nessas ocasiões, como também já foi dito, uma saída estava em arrebrantar os elos do adversário com o Rio de Janeiro. Esse caráter público e dramático das brigas da política oligárquica baiana com certeza serviu de estímulo aos gaúchos, cujos líderes não só queriam ser a terceira força política do país (atrás apenas de paulistas e mineiros), como já eram deveras insatisfeitos com o tamanho da bancada da Bahia, em número igual à dos paulistas, só menor do que a mineira, maior que a de Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Aqui reitero a hipótese de Rui Barbosa ter vetado tentativas no sentido de reaproximar o seu estado e a Presidência da República, como se fazia até 1914, quando a Bahia (de um jeito ou de outro) dava apoio direto a presidentes e, em troca, mantinha azeitado o seu cacife no surpreendente tabuleiro da política. É preciso prestar atenção ao fato de que, enquanto o seabrismo respondeu pela Bahia, o estado ficou, entre 1914 e 1922, sem ministros em diferentes gabinetes presidenciais. Depois da derrota de Seabra nas eleições presidenciais de 1921, quando foi candidato à Vice-presidência em chapa com Nilo Peçanha, Miguel Calmon foi nomeado ministro da Agricultura pelo mineiro Artur Bernardes em 1922. Não só Seabra se viu ainda mais bloqueado a partir do Rio de Janeiro como também, no ano seguinte, Calmon seria cotado como o presumível herdeiro político do falecido Rui Barbosa. Foi com apoio de Artur Bernardes que os Calmon, enfim, conseguiram botar fim ao domínio seabrista no estado baiano, cuja política então estava inteiramente acomodada à chefia da espertíssima raposa e sua cara-de-bronze, liderança exercida durante três mandatos estaduais consecutivos, entre 1912 e 1924 (ARAGÃO, 2010). Porém, como especulo aqui nesse artigo, esse domínio foi combatido por Rui, na capital do Rio de Janeiro, para abrir distância entre o estado da Bahia e a Presidência da República, veto enfim suspenso pelo segundo convite feito a Miguel Calmon para assumir cargo de ministro no governo federal.

Nessa conjuntura – note-se –, foi reanimado o PR da Bahia, que seguiu forte até a vitória da Revolução de 30, quando tinha, nas eleições de março do mesmo ano, conseguido eleger Vital Soares como vice-presidente, em dobradinha com o paulista Júlio Prestes, candidato que ganhou mas não levou, porque Getúlio Vargas subiu ao poder, à frente de uma revolução. Com o governador Góes Calmon, a Bahia tinha voltado a ser representada por um PR de âncoras lançadas nas águas da baía de Guanabara, em contato direto com o palácio do Catete, firmada em terra pela ascensão de Otávio Mangabeira. Porém – e essa é outra hipótese que eu arrisco aqui – não só os Calmon não deram vida ao calmonismo como, também, a vitória do movimento revolucionário sob a liderança de Getúlio Vargas varreu da memória o interesse por esse intervalo de política baiana durante os mandatos presidenciais de Artur Bernardes e seu sucessor Washington Luís. Foi precisamente esse PR baiano forte e atuante do lado de mineiros ou paulistas que Jonas Brito pesquisou (BRITO, 2019).

Reitero com esse parágrafo dois pontos: nem sempre a absolutização do poder pela situação conduzia a oposição ao ponto da desidratação e do espatifamento, na marginalidade. Em segundo lugar, a professora Consuelo ensina que a política da acomodação não produz a paz. Quem se deixa enganar pelo termo, se equivoca. A política de acomodação é “desprovida de qualquer quietismo” (SAMPAIO, 1998, p. 49). Por um lado, conforme aqui já foi recapitulado, Severino partiu para a briga e mostrou a contrariedade do chefe do partido perante o chefe do governo. Por outro lado, como aqui foi cogitado como uma hipótese, Seabra, triunfante no estado, se viu subtraído de canal de ligação direta com a capital federal, exatamente onde ele tinha anteriormente feito carreira e conseguido o ímpeto para lançar candidatar ao governo da Bahia.

O sumiço dos baianos das pastas ministeriais e, depois, a sua reaparição com Miguel Calmon denotam a dificuldade em harmonizar a política de acomodação seabrística e o seu lugar junto ao palácio do Catete. Entre o sumiço (1912) e o retorno (1922), Rui sugeriu por duas vezes um nome de sua confiança, o de Miguel Calmon, para possível candidatura à Presidência, em 1914 e 1918. Se essa ideia tivesse prosperado, o domínio seabrística na Bahia não seria o mesmo, porque assim haveria alguém para acomodar a política anti-seabrística a partir do governo federal. Não podendo Rui emplacar a sua sugestão, não só Miguel deixou de ser a Bahia no Catete, mas também não houve Bahia no Catete. Em retribuição, Miguel Calmon foi “pregoeiro” da candidatura de Rui à Presidência em 1919.⁷ Ciente do cerco em vigor, Seabra voltou ao Rio (enquanto seu sucessor governava a Bahia) para ser deputado federal em 1916. Subiu ao Senado em 1917 para ocupar vaga aberta pela morte de Marcelino, de onde saiu em 1920 para o seu segundo mandato de governador da Bahia. Em 1921, Seabra faz campanha pela Vice-Presidência em dobradinha com Nilo Peçanha, candidato a presidente, na chapa – derrotada – da Reação Republicana. O convite em 1922 do concorrente afinal vencedor, Artur Bernardes, com o beneplácito de Rui, convocando Miguel Calmon para a pasta da Agricultura e a subsequente vitória do seu irmão, Góis Calmon, nas eleições estaduais baianas mostram o tempo de espera do ruísmo para efetivar sua campanha contra Seabra e, pelo avesso, o que o seabrismo no Rio de Janeiro não conseguiu obter (apesar das tentativas), dado o bloqueio ruísta.

Sem espaço na Bahia e na capital, Seabra, do flerte com o tenentismo, passaria a integrar a Aliança Liberal de Vargas em 1930 (rejeitando com as opções disponíveis o exílio da marginalidade, coercitivamente previsto nos mandamentos da política da acomodação baiana). Suas frustradas esperanças de voltar ao governo estadual em 1930 o levaram para a oposição ao varguismo e à conciliação com os Calmon. Homem de impressionante biografia, foi deputado constituinte em 1934, função que já tinha desempenhado em 1891.

⁷ (*In Memoriam*). *Miguel Calmon: sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936, p.57, 59.

Leva a resultados inéditos observar na linha do tempo o sobe-e-desce da política baiana como um fenômeno fraturado ou unificado, próximo ou distante do Distrito Federal. A sua importância está em deixar de lado não só o determinismo econômico (a política ditada pela economia), mas também em desfazer a expectativa da lavoura, do comércio ou da indústria serem os únicos fatores de desenvolvimento econômico. Não se pode esquecer que acordos costurados na política direcionam preciosos recursos públicos para os estados e municípios. E sempre também podem desviar ou ignorar estados e municípios, deixando-os à míngua, de pires na mão. Pensar que é a empresa privada quem manda na política, que a iniciativa privada não precisa dos recursos públicos de poder é determinismo econômico, equívoco ou ideologia. Esse é um aspecto pouco explorado das possibilidades que o livro de Consuelo Sampaio nos oferece, até porque a autora apontou para os problemas da lavoura do açúcar daí derivando boa parte dos problemas das elites baianas na política brasileira (SAMPAIO, 1998, p. 31).

Outro aspecto que hoje podemos explorar com mais pesquisa inédita e original é a presença dos trabalhadores na política, tanto por ocasião da greve geral de 1919 quanto por meio de sua organização partidária ou associativismo (SAMPAIO, 1998, p. 41,67). Com certeza, *Partidos políticos da Bahia na I República* abre espaço para os trabalhadores, que são percebidos em seu fazer-se. Apesar de não ser o mesmo espaço das lideranças das oligarquias, não deixa de ser fértil, apontando o caminho, marcando as possibilidades de desdobramento, bem aproveitadas por Aldrin Castellucci em dois livros, sobre a greve geral de 1919 e sobre os trabalhadores na política – em caminhada iniciada pelo aprendizado nos tempos do império, traduzido em êxitos no regime republicano –, o que mostra que, além de hierarquia e poder, as elites tinham também de negociar espaços com os de baixo, não obstante o caráter reconhecidamente excludente da I República (CASTELLUCCI, 2014; CASTELLUCCI, 2015). Em acréscimo, em sua tese de doutorado, Philippe M. S. de Carvalho faz notar que os subalternos tinham a sua própria política, política de convivência. Embora juntos das elites, não estavam misturados, dissolvidos numa postura de acomodação (CARVALHO, 2015, p. 24, 25, 91, 93, 263).⁸

Um terceiro aspecto que a pesquisa histórica descobriu com o seu desenvolvimento foi o contraste entre a política da acomodação sucedida na Bahia e o processo de articulações e barganhas anteriores ao processo sucessório presidencial, quando as cartas do jogo já deviam estar, segundo a praxe, bem arrumadas (ou marcadas). Então, é claro que aqui faço referência ao livro de Cláudia Viscardi (2011), *O teatro das oligarquias. Uma revisão da política do café com leite*. Se observarmos o procedimento de Viscardi – o de pesquisar a conjuntura anterior à definição da(s) chapa(s) concorrente(s) –, veremos uma diferença. A política de acomodação das elites baianas consistia em monopolizar o poder após o resultado das eleições, à custa da liquidação da oposição, descartando o rodízio democrático. O que sucedia no plano nacional era diferente porque as regras exigiam que os vencedores não

⁸ Seabra já, de algum modo, sabia da importância de contar com apoio popular para fazer política desde pelo menos a campanha de Hermes contra Rui em 1910 (Cf. PEREIRA, 2016, p. 81).

monopolizassem o poder. Para as regras valerem, os atores vigiavam os impulsos de continuísmo da situação. Sem ninguém dispondo do monopólio do poder em mãos, não havia perigo de permanência no poder às expensas de uma oposição exilada nas margens do jogo. Esta é uma questão acesa para novas pesquisas resolverem: os baianos, na Bahia, fazendo de tudo para as oposições se reduzirem a pó e os baianos, no Rio, fazendo de tudo para (principalmente) São Paulo ou (inclusive) Minas Gerais (ou quem mais fosse) não praticar a política de acomodação no nível federal, eternizando-se na situação graças ao aniquilamento das energias dos demais atores.

Então, a praxe, no nível federal, de que o poder político não podia ter um dono absoluto, parece inexistir no tabuleiro baiano. Exatamente, o que parece ter assegurado à I República uma durabilidade ímpar (1889-1930), ao inexistir na Bahia, induziu as oposições a lutarem contra a tomada do poder pela situação, o que amostrou o estado em frangalhos perante todos (mais de uma vez). No final das contas, a política de acomodação, ao impor a falta de horizontes às oposições, colocou a Bahia numa péssima e incômoda posição.

Apesar dos problemas que enfrentou durante a I República, J. J. Seabra talvez tenha sido o primeiro chefe da Bahia republicana que conseguiu acomodar a política de maneira a concentrar poderes na sua pessoa, emanando daí o seabrismo, obra a que Seabra teve de se dedicar diuturnamente para construir e preservar. Para mim, sua derrota na campanha presidencial de 1921 (foi candidato em dobradinha com Nilo Peçanha), não só aponta para a importância da política baiana, mas também comprova a liderança de Seabra em nível nacional, apesar de bloqueado no Rio de Janeiro. O cara-de-bronze era mesmo uma raposa da política.

Depois dele, no pós-30 (e, portanto, agora saindo do recorte cronológico do livro de Consuelo Sampaio), Juracy Magalhães – e sua máquina política juracisista – obteve um difícil e muito esforçado controle sobre o estado da Bahia (SILVA, 1992; SILVA, 2000). O juracisismo era um patrimônio tão importante para seu chefe político que Juracy não embarcou no avião do Estado Novo, na pista pronto para decolar. A porta estava aberta, havia lugar na aeronave para ele e sua bagagem. Arrisco pensar que Vargas toleraria hesitações, desde que fossem de Juracy. Este entendeu que Getúlio não queria mais nem partidos nem eleições, renunciou ao cargo de governador e, no pós-45, constituiu como líder a União Democrática Nacional (UDN), voltando a ser governador da Bahia em 1959. Tinha cedido a Otávio Magalhães a proeminência da UDN e a preferência para a campanha estadual de 1947. Tanta renúncia e espera denotam a durabilidade do juracisismo na política. Não por acaso, seu acervo encontra-se no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

E, claro, em livro cuja segunda edição é de 1996, cerca de 20 anos depois da primeira, em 1975, me parece lógico pensar que Antônio Carlos Magalhães (ACM) e o carlismo eram o problema contemporâneo da autora Consuelo, da primeira à última página. Me parece lógico pensar que foi olhando para a Bahia do carlismo que a autora elaborou sua visão analítica da Bahia da I República, pois

historiadores encontram no presente os problemas a serem resolvidos pela pesquisa, com o que fazem descobertas científicas.⁹ Eu imagino também que a cidadã Consuelo se incomodou com a situação de paralisia e falta de finanças que a prefeita Lídice da Mata ficou, nas mãos da política de acomodação do governador Magalhães, que a queria ver nas margens do poder, desidratando sem recursos, negados por ele à Prefeitura de Salvador.

Com segurança, arrisco afirmar que o domínio carlista não foi possibilitado nem pelo mandonismo personalista de ACM, nem por seu controle público e privado dos meios de comunicações, de outras empresas estatais, de sua fortuna pessoal, e do apoio recebido de altas lideranças e presidentes da República. Como leitor da professora Sampaio, eu diria que ACM pavimentou estrada sobre leito antes aberto, calçado, pisado, e repisado, primeiro por Seabra e depois por Juracy. Cumpre lembrar que o padrinho de ACM foi Juracy Magalhães, com quem rompeu no final dos anos 1960, quando já se sentia pronto para acomodar a política baiana à sua imagem e semelhança, perante Juracy e, em acréscimo, Luiz Viana Filho (DANTAS NETO, 2006).

Diferentemente de Seabra, tanto Juracy quanto ACM mantiveram relações estreitas de proximidade e cooperação com a Presidência da República, sendo por isso diretamente beneficiados. Diferentemente tanto de Seabra quanto de Juracy, ACM acomodou a política da Bahia para si, sem perder sintonia com presidentes militares ditatoriais ou civis eleitos (indiretamente ou diretamente).

Tomo agora a liberdade de ler a contemporânea História política da Bahia pelas lentes de Consuelo. Quando Jacques Wagner foi eleito governador pela primeira vez, foi, tal qual em 1912, uma força irresistível que abriu a Bahia a uma nova liderança. Sem bombardeio, mas pela enxurrada do voto democrático e oposicionista do eleitorado, o candidato Jacques Wagner, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu surpreender ACM e – ainda mais surpreendentemente – veio a praticar a política de acomodação ao conseguir aspirar boa parte do carlismo para dentro de sua eficiente administração, sendo na continuação reeleito. É hoje senador federal. Elegeu Rui Costa governador da Bahia, atualmente no seu segundo mandato. Então, o PT conseguiu quatro mandatos, superando os três mandatos (1912-1924) do seabrismo. Não ousou pensar num “wagnerismo”, mas não acho tolice pensar num “ruísmo”, pois fica a pergunta sobre qual será o futuro do governador Rui Costa: se permanecerá nos quadros do PT ou se irá buscar outra sigla partidária.

Outra diferença qualitativa dessa Bahia contemporânea é a existência de um partido político (com ideologia, programa e organização) por detrás da linha de continuidade de quatro administrações, de Wagner a Rui. No entanto, a tensão entre o chefe do partido e o chefe do governo continua acesa.

⁹ ACM desempenhou por três vezes o cargo de governador da Bahia (1971-75, 1979-83, 1991-94). Foi ministro das Comunicações entre 1985 e 1990 e presidente do Senado de 1997 a 2001. Embora brilhante, sua carreira não é a única a evidenciar o talento dos baianos na política, haja vista Luiz Viana Filho, deputado federal entre 1935 e 1967, ministro de 1964 a 1967, governador da Bahia (1967-1971), presidente do Senado (1979-1981) e senador de 1975 a 1990.

Quem do PT vai botar cabresto em Rui por ele não cuidar da educação pública e da ciência como Lula e Dilma cuidaram? E como será o futuro político do PT da Bahia em caso de vitória da major Denice Santiago nas eleições para a Prefeitura de Salvador?

Como ensinou Sampaio, se é possível falar em carlismo, é porque há um herdeiro que zela o legado, defende o nome e invoca a figura do chefe, e obviamente não falo apenas dos seus sucessores na administração estadual, Paulo Souto e César Borges. Me refiro, lógico, ao prefeito reeleito ACM Neto. Resumidamente, essas são as forças políticas atuais da Bahia. Todas elas sabem muito bem a delicadeza da relação entre chefe político e chefe partidário, entre a Bahia e a capital federal. Não é por acaso que Neto é o presidente nacional do Democratas. Ele é, como se vê, tanto chefe de partido quanto chefe de governo. Lula, por sua vez, já mencionou o nome de Rui para suceder o atual presidente da República, mas isto é – como sempre foi – mais um arroteio da raposa nas proximidades do palácio que deseja. Tanto Rui como Lula sabem que um nome ventilado nesse momento pode alçar voo rumo ao ninho do poder. Ou não. É muito cedo para dizer, mas é certo apontar essa manobra como mais uma prestidigitação das lideranças que protagonizam a política brasileira. Não custa lembrar, ao final desse artigo, que Lula – enfim liberto do cárcere – apontou a Bahia como seu novo domicílio (enquanto o Recife dizia o mesmo).

Encerrando, aponto para o plano federal e me pergunto quando será o paradeiro na caminhada do Brasil autoritário e antipopular que se acomoda a olhos vistos no poder, envenenando a democracia. Essa guinada não está diminuindo as nossas chances de fé numa democracia institucionalmente forte, plural e socialmente justa? Empurrados para as margens das instituições, empobrecidos, ou carregados em caixões para covas rasas em cemitérios superlotados, trabalhadores adoecem e ficam sozinhos, quer em casa, quer em hospitais, mas com certeza isolados, no solitário leito de um tratamento celular. Contaminado pela política da acomodação, quem ajeita o poder para si e os seus, deixando o restante sem nada, condena a classe trabalhadora à dependência e ao favor, sufocando-a em sua liberdade de fazer escolhas e, conseqüentemente, matando o direito a ter direitos. Até não poder respirar. Até não poder respirar mais.

Me apego ao grande historiador baiano – o professor Luís Henrique Dias Tavares (orientador de Consuelo Novais Sampaio) – e reitero sem hesitações a avaliação positiva que ele fez no seu livro, *História da Bahia*, a respeito da Constituição de 1988. Tendo escrito essas linhas finais com ele ainda vivo, volto ao livro de Consuelo na página 18. Na apresentação, Dias Tavares descreve o momento em que está: “não quero ir adiante”, confessa. “Escrevo em clara manhã de domingo e vejo ao longe a linha verde-escuro da costa atlântica da ilha de Itaparica, o mar batido como chapa metálica”. Esse historiador, que foi camarada de partido de outro inesquecível historiador da Bahia, o judeu e comunista Jacob Gorender, contabiliza e enumera: foram, no decorrer do século XX, duas guerras mundiais e duas ditaduras no Brasil (a do Estado Novo, a dos militares). “E conseguimos sobreviver”, por cima das

adversidades e da violência, “como povo e nação”. Hoje, porém, o que parecia ser um porto seguro – a nossa sobrevivência do autoritarismo – já não é mais certeza alguma. Para a nossa História não acabar de novo no autoritarismo, temos de resgatar o convívio democrático e refazer o nacional. Sem política de acomodação. Não vai ser fácil, mas amanhã vai ser outro dia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. *Entre a política e magistratura*. O barão de Caetité e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ARAGÃO, A. F. M. de. *A Bahia e seus Governadores na República*. Salvador: Fundação Pedro Calmon; Feira de Santana: Ed. da UEFS, 2010. (Edição fac-similar Comemorativa aos 120 anos da Proclamação da República na Bahia).

BRITO, J. *Um Ás na Mesa do Jogo*. A Bahia na História Política da I República (1920-1926). Salvador: Edufba, 2019.

CARVALHO, P. *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CASTELLUCCI, A. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: Ed. da Uneb, 2015.

CASTELLUCCI, A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

CHALHOUB, S. Classes Perigosas. *Trabalhadores*, v. 6, n. 1, p. 2-22, 1990.

DANTAS NETO, P. F. *Tradição, Autocracia e Carisma*. A Política de Antonio Carlos Magalhães na Modernização da Bahia (1954-1974). Salvador: Edufba; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

FALCÓN, G. *Coronéis do cacau*. Salvador: Solisluna, 2010.

FREIRE, A. *Uma capital para a República*. poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GUIMARÃES, N. *Pensando em meio ao torvelinho*. Academia e desafios da realidade. Palestra apresentada no seminário dos cinquenta anos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Salvador, 2018. Manuscrito.

LYNCH, C. “A multidão é louca, a multidão é mulher”: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 20, n. 4, p. 1491-1514, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000401491&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

MAIO, M. C. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.), *Raça como questão: História, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 51-81.

MENDES, H. *O bombardeio de 1912*. Disputa política e cotidiano na Bahia na Primeira República. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

NEGRO, A. L. No Caminho da Areia: política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). *Tempo*, v. 18, n.33, p. 141-164, 2012.

NEGRO, A. L. Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República. *Locus*, v. 19, n. 1, p. 267-271, 2013. Resenha de SARMENTO, S. N. *A Raposa e a Águia*: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. Salvador: Edufba, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20718>.

NEGRO, A. L. *Coisa de branco*. A queixa e a mágoa da falta de aviso e de indenização; ou socorro e auxílio. A contrariedade senhorial ante a revolução ou golpe fatal do 13 de maio de 1888; e suas complicações (Bahia, Brasil, e um pouco além). Tese (Professor titular em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26935>.

PANG, E.-S. *Coronelismo e oligarquias 1889-1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, L. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 74, p. 630-88, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882017000100063&script=sci_abstract&tlng=pt.

SAMPAIO, C. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*. Uma política de acomodação. Salvador: Edufba, 1998.

SANTOS, F. Manobras do Presidencialismo de Coalizão. *Insight Inteligência*, Ano 10, n. 39, p. 210-218, 2007. Disponível em: <https://www.insightinteligencia.com.br/pdfs/39.pdf>.

SARMENTO, S. N. *A Raposa e a Águia*. J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador: Edufba, 2011.

SILVA, P. S. *Âncoras de Tradição*: luta Política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: Edufba, 2000.

SILVA, P. S. *A Volta do Jogo Democrático*. Bahia, 1945. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992.

TEIXEIRA, G. S.; RIBEIRO, P. K.; TELLES, S. M. da S. *Instantâneos de Rui*. Fotografias das campanhas presidenciais de Rui Barbosa (1910-1919). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias*. uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

WOODARD, J. *Um lugar na política*. Republicanismo e regionalismo em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2019.

Data de submissão: 17/06/2020
Data de aprovação: 04/07/2020